



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

# Finanças Públicas



25 de Março de 2025 | Edição nº 03 | Distribuição Gratuita | [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)

## DÍVIDA PÚBLICA MOÇAMBICANA ATINGE 1 TRILIÃO DE METICAIS

### Reflexos da Instabilidade e Urgência de Reformas Fiscais

Por: Teresa Boene\*

#### 1. Introdução

O Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE) de 2024, indica que a dívida pública moçambicana atingiu a marca de 1 trilião de meticaís em 2024, representando um aumento de 8% em relação ao ano de 2023, em que esteve avaliada em cerca de 967,2 mil milhões de meticaís. Este aumento é justificado exclusivamente pelo elevado crescimento da dívida pública interna, que no período em referência foi de 29.7%. Atingiu o valor de 407,0 mil milhões de meticaís. No mesmo período, a dívida externa registou uma redução de 2,9%. O crescimento acelerado da dívida pública, maioritariamente da dívida interna, é resultante, em parte, da instabilidade político, económico e social e da falta de implementação efectiva de medidas com vista a consolidação fiscal.

Apesar de a dívida interna representar 39% do total da dívida em 2024, os encargos a ela associados continuam a ser os mais onerosos, cerca de 45,6 mil milhões de meticaís contra 11,3 mil milhões de meticaís da dívida externa. Os encargos da dívida interna representam um obstáculo para o alcance da sustentabilidade da Dívida Pública.

Este cenário evidencia a necessidade crescente de o Governo mobilizar recursos internos para cobrir despesas, num contexto de redução dos donativos e créditos externos, originada, em parte, pela redução da confiança dos parceiros internacionais na sua capacidade de gerir eficientemente os recursos públicos.

O presente texto é resultado de uma pesquisa documental e pretende analisar o BdPESOE 2024, com enfoque para a dívida pública, a sua composição e implicações do seu comportamento para a sustentabilidade fiscal de Moçambique. Para tal, consultaram-se estudos anteriores que analisam os caminhos para a sustentabilidade da dívida pública e o crescimento económico para países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique.

O texto pretende, para além de descrever a evolução dos indicadores de endividamento, fazer uma avaliação crítica sobre os riscos associados ao crescimento acelerado da dívida interna, considerando as boas práticas internacionais e os compromissos assumidos por Moçambique em termos de governação e gestão fiscal responsável.

Em caso de dúvidas e mais informações contacte: [teresa.boene@cipmoz.org](mailto:teresa.boene@cipmoz.org)

## 2. Dívida Pública 2024

O stock da dívida pública atingiu em 2024 cerca de 1 trilião de meticaís, uma variação positiva de cerca de 8% em relação a 2023 (967,2 mil milhões de meticaís). Em termos de rácio do PIB, a dívida pública cresceu 10%. Saiu de 72,64%, em 2023, para 82,4%, em 2024.

**Tabela 1:** Dívida pública (2023 e 2024)

	(em Milhões de MT) Execução		(em Milhões de MT; em %) Var. homóloga 2022/2023		/Divida Total (%)		/PIB (%)	
	2023	2024	Valor	%	2023	2024	2023	2024
Dívida Pública Total	967,262.70	1,043,634.30	76,371.60	7.90	100.00	100.00	72.64	82.41
<b>Dívida interna</b>	<b>313,780.40</b>	<b>407,085.60</b>	<b>93,305.20</b>	<b>29.74</b>	<b>32.44</b>	<b>39.01</b>	<b>23.56</b>	<b>32.15</b>
OT's	158,140.80	181,812.10	23,671.30	14.97	16.35	17.42	11.88	14.36
BT's	85,535.80	131,698.70	46,162.90	53.97	8.84	12.62	6.42	10.40
Banco Central	42,064.50	66,564.50	24,500.00	58.24	4.35	6.38	3.16	5.26
Outros	28,039.30	27,010.30	(1,029.00)	(3.67)	2.90	2.59	2.11	2.13
<b>Dívida Externa</b>	<b>653,482.30</b>	<b>636,548.70</b>	<b>(16,933.60)</b>	<b>(2.59)</b>	<b>67.56</b>	<b>60.99</b>	<b>49.07</b>	<b>50.27</b>
Multilateral	344,791.90	352,316.50	7,524.60	2.18	35.65	33.76	25.89	27.82
Bilateral	251,180.40	226,900.60	(24,279.80)	(9.67)	25.97	21.74	18.86	17.92
Eurobonds/MOZAM 2032	57,510.00	57,331.60	(178.40)	(0.31)	5.95	5.49	4.32	4.53

Fonte: BdPESOE 2024.

Entre 2023 e 2024, a dívida interna cresceu 29,7%, impulsionada pelo aumento das emissões de Obrigações do Tesouro (14,9%), Bilhetes do Tesouro (53,9%) e dívida junto ao Banco de Moçambique (58,2%). Em contrapartida, a dívida externa registou uma redução de 2,9%, principalmente devido à diminuição da dívida bilateral.

O expressivo crescimento da dívida interna deve-se, sobretudo, à necessidade de mobilizar mais recursos para cobrir despesas, num contexto em que os donativos e os créditos externos ficaram aquém do esperado, atingindo apenas 36,1% e 61,7% do previsto<sup>1</sup>.

A redução do financiamento externo, tanto em forma de crédito quanto de donativos, reflecte, em parte, a diminuição da confiança dos parceiros internacionais e da falta de implementação efectiva de medidas com vista a consolidação fiscal.

Essa perda de confiança pode estar relacionada à falta de transparência na execução orçamental, ao aumento dos níveis de endividamento sem uma estratégia clara de sustentabilidade e à instabilidade política, económica e social que se tem verificado nos últimos tempos, contribuindo para a retração de investidores e parceiros internacionais, cautelosos em relação ao futuro político e económico do país.<sup>2</sup>

### 2.1 Composição da Dívida Pública

Nos últimos anos, a composição da dívida pública tem passado por um processo de transformação. Enquanto a dívida interna tende a crescer, a dívida externa decresce. De 2018 a 2022, a dívida interna subiu 101,9%, passando de 139,4 mil milhões para 281,5 mil milhões de meticaís<sup>3</sup>. Entre 2020 e 2024, a dívida interna cresceu de 22% para 40% e a externa decresceu de 78% para 60%<sup>4</sup>. Este aumento da dívida interna tem levado a um crescimento dos encargos da dívida, devido aos juros mais altos associados aos instrumentos de dívida interna.

O Gráfico 2 mostra a composição dos encargos da dívida, de 2020 a 2024, que apresentam uma tendência crescente, justificada pelo crescimento exponencial dos juros internos, quando o juro externo se mantém “estável” ao longo desse período.

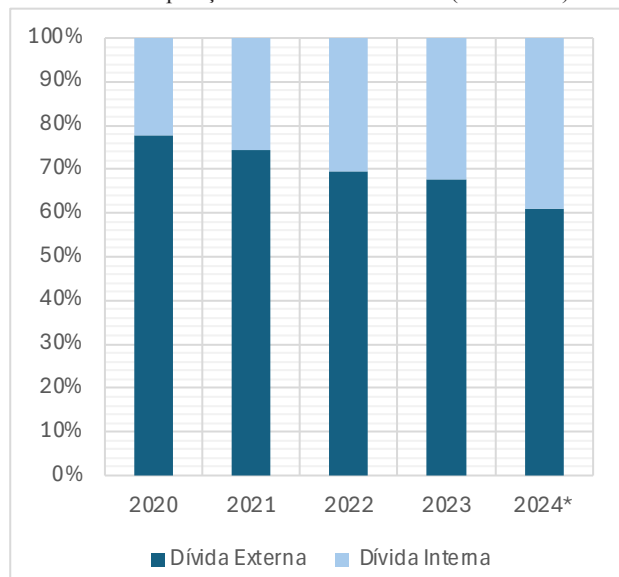
1 Balanço do Plano Económico e Social 2024, disponível em <https://www.mef.gov.mz>

2 Semanário Económico. (2024). [Tensão pós-eleitoral em Moçambique abala confiança dos mercados internacionais | O.Económico](#). Acessado a 17.03.2025.

3 Tribunal Administrativo (2023). Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado de 2022. Maputo

4 Vide Gráfico 1.

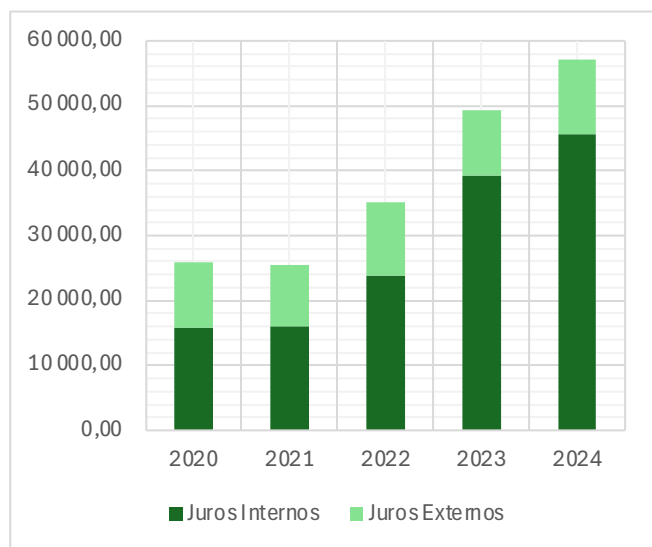
**Gráfico 1:** Composição da Dívida Pública % (2020-2024)



Fonte: Cálculos da autora com base no Relatório da Dívida Pública (2023)

\* BdPESOE (2024)

**Gráfico 2:** Composição dos Encargos da Dívida em milhões de Meticais (2020-2024)



Fonte: Cálculos da autora com base no Relatório da Dívida Pública (2023)

\* BdPESOE (2024)

Apesar de a dívida interna representar em média 30% do total da dívida pública nos últimos cinco anos, os encargos a ela associados continuam a ser os mais onerosos, cerca de 28,1 mil milhões, contra cerca de 10,5 mil milhões de meticais da dívida externa, isto é cerca de 72% dos encargos da dívida são associados a dívida interna. O seu crescimento acelerado e os encargos onerosos a ela associados constituem um obstáculo para o alcance da sustentabilidade das finanças públicas.

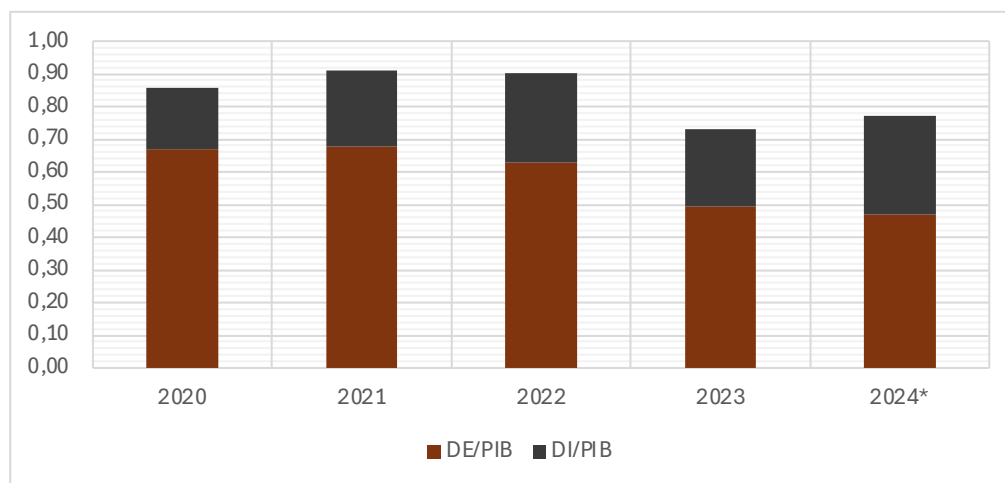
A mudança da estrutura da dívida pública deve-se, em parte à retracção do apoio internacional aquando da descoberta das dívidas ocultas, a instabilidade do País devido aos conflitos armados no Norte do País e a recente crise pós-eleitoral.

## 2.2 Implicações para a Sustentabilidade Fiscal

A situação da dívida pública em Moçambique entre 2020 e 2024 apresenta desafios significativos em termos de sustentabilidade. Durante esse período, o país ultrapassou os limites convencionais recomendados para a dívida, com um rácio médio de 83% do PIB. Destes, 57% eram dívidas externas e 26% internas. Em 2024, a dívida pública atingiu 77% do PIB, muito acima dos 50% recomendados para países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique.

Para o mesmo ano, o CFMP 2025-2027 projectou uma dívida pública de 67,2% do PIB, contrastando com a meta de 40% do PQG 2020-2024<sup>5,6</sup>. Essas metas ficaram muito aquém do desejado, para além da discrepância que sugere uma falta de coordenação e comunicação. Adicionalmente, o saldo primário que foi projectado em 0% do PIB, apresentou um défice de 11%<sup>7</sup>, muito abaixo das expectativas.

**Gráfico 3:** Rácio da Dívida Pública sobre o Produto Interno Bruto (%) (2020-2024)



Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do RDP e INE (2022-2024)

Os dados apresentados evidenciam a pressão significativa que a dívida pública, sobretudo a dívida interna, exerce sobre as finanças públicas. Isto indica que Moçambique precisa de uma gestão mais transparente e eficaz da dívida e de uma política fiscal mais eficaz para garantir a sustentabilidade a longo prazo. A pressão exercida pela dívida tem implicações negativas. Apresentam-se abaixo as principais:

- Redução de despesas de investimento: com uma grande parte das receitas destinada ao pagamento do serviço da dívida, o Governo tem menos recursos disponíveis para investir em áreas essenciais, como infraestruturas e desenvolvimento social, o que pode comprometer o crescimento económico e o bem-estar da população;
- Aumento do custo de financiamento: com um alto nível de endividamento, o Governo pode enfrentar dificuldades para obter novos empréstimos a taxas de juros favoráveis. Isso pode resultar em um ciclo vicioso de endividamento, onde mais dívida é contraída para pagar a dívida existente. Uma análise comparativa de boas práticas internacionais revela que economias com alta dependência de endividamento interno frequentemente enfrentam custos de financiamento elevados e pressões fiscais acrescidas;
- Impacto na provisão de serviços públicos: a alocação de uma grande parte das receitas para o serviço da dívida pode comprometer a provisão de serviços públicos essenciais, Por exemplo, a saúde e a educação podem sofrer cortes significativos, afectando negativamente o desenvolvimento humano e social.

Autores consultados advogam para uma importância da transparência na gestão da dívida pública, para políticas fiscais fortes e para uma estabilidade sócio-político como factores de retracção da dívida pública.

<sup>5</sup> Cenário Fiscal de Médio Prazo (2025-2027). Disponível em [CFMP 2025-2027 \(1\).pdf](#). Acessado a 18.03.25

<sup>6</sup> Programa Quinquenal do Governo (2020-2024). Disponível em [PQG 2020.2024 Versão AR\\_02042020.pdf](#). Acessado a 19.03.25

<sup>7</sup> Vide anexo 1.

Muza, K. et al. (2023), referem, em sua pesquisa empírica sobre a “Dívida pública, governação e crescimento nos países em vias de desenvolvimento”, que a dívida pública impede o crescimento económico em países sem boa governação. Sugerem que a dívida pública é um obstáculo significativo ao crescimento económico, especialmente para países que não possuem uma boa governança, isto é, uma gestão inadequada da dívida combinada com instituições frágeis pode limitar a capacidade de crescimento público.

Gladys, A. et al. (2023), advogam para a necessidade de uma política fiscal reforçada para limitar os défices fiscais sempre que os níveis de stock da dívida se aproximem de um determinado limiar e de crescimento. Isto implica que em situação de níveis altos da dívida, como é o caso de Moçambique, há uma necessidade de fortalecer a política fiscal para controlar o *déficit* fiscal, de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e económica.

Džakula, M. & Karalić, A. (2012), chamam atenção para as políticas macroeconómicas, para as relações políticas, política social e para as condições sociais serem determinantes do Endividamento Público. Isto é, as políticas públicas, como também a estabilidade política, social e económica, podem criar pressões sobre a dívida pública, levando à insustentabilidade fiscal e económica.

Esse cenário evidencia a urgência de fortalecer mecanismos de governação fiscal, aumentar a transparência na gestão da dívida e reforçar o diálogo com os credores internacionais sobre reformas estruturais e boas práticas de gestão pública.

Ademais, o uso do endividamento interno não pode ser considerado como recurso primário (relativamente aos empréstimos externos e donativos) dada a limitação da poupança nacional e as pressões que as emissões de títulos de dívida pública colocam sobre a economia<sup>8</sup>.

### 3. Considerações Finais

O crescimento acentuado da dívida pública, principalmente na componente interna, coloca pressão sobre as Finanças Públicas e é um sinal de alerta para a sustentabilidade fiscal do país. Ademais, o aumento significativo da dívida interna, impulsionado pela necessidade de mobilizar recursos em um contexto de redução de financiamento externo, evidencia a vulnerabilidade económica do país. A falta de confiança dos parceiros internacionais, resultante de instabilidade política, económica e social, e a falta de transparência na gestão fiscal agravam ainda mais a situação.

Para alcançar a sustentabilidade fiscal, é crucial que Moçambique implemente medidas eficazes de consolidação fiscal, que melhore a transparência na gestão da dívida e que fortaleça o diálogo com credores internacionais. A dependência crescente da dívida interna, com os seus altos custos de financiamento, deve ser abordada com uma estratégia clara que inclua a diversificação das fontes de financiamento e a adopção de boas práticas internacionais de gestão pública, para além da implementação de reformas fiscais para melhorar a eficiência na arrecadação de receitas e a gestão das despesas públicas.

Entretanto, a restauração da estabilidade sócio-política é a base para garantir um ambiente propício para que qualquer política pública tenha sucesso.

---

<sup>8</sup> Charles, E. (2024). Moçambique recorre à dívida interna para pagar Dívidas Ocultas: Uma análise crítica das implicações económicas. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt>.

## Documentos Consultados

- Cenário Fiscal de Médio Prazo (2025-2027). Disponível em [CFMP 2025-2027 \(1\).pdf](#). Acessado a 18.03.25
- Cetro de Integridade Pública. (2024). **ANÁLISE DA CONTA GERAL DO ESTADO – 2023**: Governo aumentou dívida interna e cortou despesas na educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural. Disponível em: [ANALISE-DA-CONTA-GERAL-DO-ESTADO.pdf \(cipmoz.org\)](#). Essinalo, G.
- Džakula, M. & Karalić, A. (2012) The Fiscal Policy and the Public Debt - Cause of the Budget Balance, *International Journal of Finance and Accounting*, Vol. 2 No. 2. Disponível em [The Fiscal Policy and the Public Debt - Cause of the Budget Balance](#).
- Gladys, A. at al. (2023). Public debts, fiscal balance and sustainability: What can African governments learn from debt sustainability models? Disponível em [Public debts, fiscal balance and sustainability: What can African governments learn from debt sustainability models?](#)
- Ibraimo, Y. (2018) Desafios para Moçambique: Efeitos Macroeconómicos Da Dívida Pública e do Serviço Da Dívida Uma Análise Empírica De Moçambique. IESE
- Ibraimo, Y. (2018) Desafios para Moçambique: Efeitos Macroeconómicos Da Dívida Centro de Integridade Pública. (2024). **Moçambique recorre à dívida interna para pagar Dívidas Ocultas**: Uma análise crítica das implicações económicas. Disponível em: [Mocambique-recorre-a-divida-interna-1.pdf \(cipmoz.org\)](#). Charles, E.
- Ministério da Economia e Finanças (MEF). (2022-2024). Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. Maputo. Disponível em [www.mef.gov.mz](#)
- Ministério da Economia e Finanças (MEF). (2023). Relatório da Dívida Pública. Maputo. Disponível em [www.mef.gov.mz](#)
- Muza, K. at al. (2023). Public Debt, Governance, and Growth in Developing Countries: An Application of Quantile via Moments. Muza, K. at al. (2023). [Public Debt, Governance, and Growth in Developing Countries: An Application of Quantile via Moments](#).
- Programa Quinquenal do Governo (2020-2024). Disponível em [PQG 2020.2024 Versão AR\\_02042020.pdf](#). Acessado a 19.03.25
- Semanário Económico. (22.08.2024) [Tensão pós-eleitoral em Moçambique abala confiança dos mercados internacionais | O. Económico](#). Acessado a 17.03.2025.
- Tribunal Administrativo (2023). Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado de 2022. Maputo.

## Anexo 1: Déficit Orçamental

Ano	(em Milhões de MT)		(em Milhões de MT; em %)		/PIB (%)	
	Execução		Var. homóloga 2023/2024		2023	2024
	2023	2024	Valor	%		
<b>Total de Recursos</b>	<b>463.041,4</b>	<b>511.962,1</b>	<b>48.920,7</b>	<b>10,6</b>	<b>34,8</b>	<b>37,7</b>
Receita Corrente	321.920,9	338.686,9	16.766,0	5,2	24,2	25,0
Mais valias	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital	4.337,0	6.149,5	1.812,5	41,8	0,3	0,5
Donativos	60.311,5	38.892,1	(21.419,4)	(35,5)	4,5	2,9
Emprestimos	76.472,0	128.233,6	51.761,6	67,7	5,7	9,5
<b>Despesa Pública</b>	<b>471.945,8</b>	<b>493.573,6</b>	<b>21.627,8</b>	<b>4,6</b>	<b>35,4</b>	<b>36,4</b>
Encargos de dívida	51.553,5	57.608,1	6.054,6	11,7	3,9	4,2
<b>Saldo global</b>	<b>(94.134,4)</b>	<b>(91.129,1)</b>	<b>3.005,3</b>	<b>(3,2)</b>	<b>(7,1)</b>	<b>(6,7)</b>
<b>Saldo primario</b>	<b>(145.687,9)</b>	<b>(148.737,2)</b>	<b>(3.049,3)</b>	<b>2,1</b>	<b>(10,9)</b>	<b>(11,0)</b>

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do BdPESOE (2024)



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia  
Sverige



Reino dos Países Baixos



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autora:** Teresa Boene

**Revisão de pares:** Edson Cortez, Lázaro Mabunda,  
Rui Mate e Gift Essinalo

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique